

Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

Brasília, 9 de abril de 2024.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em resposta ao ofício 1ªSec/RI/E/nº 24/2024, pelo qual Vossa Excelência encaminhou o Requerimento de Informação nº 240/2024, de autoria do Deputado Gustavo Gayer (PL/GO) e outros, em que se requerem "informações ao Senhor Ministro das Relações Exteriores, quanto a solicitação realizada à Corte Internacional de Justiça (CIJ), em Haia, nos Países Baixos, para que declare como ilegal a ocupação dos territórios palestinos, por forças militares de Israel", presto os seguintes esclarecimentos.

2. Em dezembro de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 77/24, por meio da qual solicitou opinião consultiva da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre "Práticas de Israel no território palestino ocupado, inclusive Jerusalém Oriental". Na ocasião, a resolução foi adotada por 87 votos a favor, 26 contra e 53 abstenções, incluindo a abstenção do Brasil. A opinião consultiva não foi, portanto, solicitada pelo Brasil.

3. Em consonância com a Ordem da CIJ de 3 de fevereiro de 2023, o Brasil decidiu

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404736>

2404736

Fls. 2 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

manifestar-se no referido processo consultivo em curso no âmbito da Corte. Essas manifestações do Brasil destinaram-se a auxiliar a Corte em questões que lhe haviam sido dirigidas relativas ao status legal da ocupação israelense dos territórios palestinos, no âmbito de pedido de opinião consultiva formulado pela Resolução 77/24.

4. A decisão brasileira de apresentar as manifestações fundamentou-se no compromisso permanente do País em promover o direito internacional, de fomentar o multilateralismo e de promover a solução pacífica de controvérsias, bem como em nosso firme apoio à Corte Internacional de Justiça como principal órgão judicial das Nações Unidas. Também se coaduna com a posição histórica do Brasil em favor da solução de dois Estados - com a Palestina e Israel vivendo lado a lado em paz, segurança e dentro de fronteiras mutuamente acordadas e reconhecidas internacionalmente -, assim como com o objetivo do Brasil de alcançar prontamente paz abrangente, justa e duradoura no Oriente Médio, com base no direito internacional e nas resoluções relevantes das Nações Unidas.

5. A participação do Brasil no processo consultivo consistiu em envio de comentários escritos para a Corte, em 24/07/2023, e intervenção oral em audiência pública, em 20/02/2024, em conformidade com o Art.66 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça, e não foram objeto de coordenação específica com outros países nem entidades internacionais. 57 países enviaram comentários escritos para a



Fls. 3 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

Corte e 48 Estados Membros da ONU e 3 organizações internacionais realizaram intervenções orais na audiência pública.

6. As manifestações do Brasil destinaram-se a auxiliar a Corte em questões que lhe haviam sido dirigidas relativas ao "status" legal da ocupação israelense dos territórios palestinos, no âmbito de pedido de opinião consultiva formulado pela Resolução 77/24 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

7. O Brasil acredita na necessidade do pronunciamento da Corte para que, sendo alcançada clareza sobre as implicações jurídicas da ocupação de Israel e de suas políticas e práticas nos Territórios Palestino Ocupados, não só Israel, como potência ocupante, mas também os demais países, busquem alinhar sua conduta dentro dos limites do direito internacional.

8. Cerca de 50 países terem decidido participar nos procedimentos relativos ao parecer consultivo da CIJ indica o entendimento disseminado de que cabe à comunidade internacional manifestar-se em questões de relevância universal sem deixar que eventuais constrangimentos de natureza não jurídica representem obstáculo à contribuição dos Estados para o bom funcionamento da Corte.

9. Os tradicionais laços de amizade e cooperação que unem o Brasil a Israel e à Palestina - os dois países diretamente referidos no caso - são consolidadas e



Fls. 4 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

notabilizam-se em setores diversos. São simbolizados, ainda, de maneira positiva, pela presidência do brasileiro Oswaldo Aranha na histórica sessão da Assembleia Geral da ONU que decidiu, em 1947, a partilha do mandato britânico na Palestina entre um Estado árabe e um Estado judeu.

10. Em consonância com seu compromisso histórico com o diálogo e a solução pacífica de controvérsias, o Brasil pretende dar continuidade aos esforços voltados para a solução negociada do conflito israelo-palestino por meio de contatos bilaterais com autoridades de Israel e da Palestina, de outros países no Oriente Médio e de atores globais com poder de influência na região.

11. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil empenhou-se, na qualidade de Presidente de turno, em outubro de 2023, para, em reuniões sobre "A Situação no Oriente Médio, inclusive a Questão Palestina", além de evitar a escalada do conflito, assegurar a proteção da população civil, aliviar a dramática situação humanitária em Gaza e libertar os reféns. Também convocou reuniões de emergência do Conselho e presidiu, por intermédio do Chanceler Mauro Vieira, debate aberto que mobilizou mais de vinte ministros e vice-ministros estrangeiros.

12. Ainda no Conselho de Segurança, o Brasil apresentou projeto de resolução sobre a situação em Gaza, que obteve amplo apoio dos membros permanentes, apesar de vetado por um deles. O texto não só exigia que as partes permitissem acesso



Fls. 5 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

humanitário e demandava o estabelecimento de pausa humanitária, mas também condenava os atos terroristas do Hamas, exigia a soltura imediata de reféns e repudiava o terrorismo e atos de violência contra civis.

13. No plano bilateral, recorde-se os contatos de alto nível mantidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com interlocutores de vários países, entre os quais o Presidente de Israel e o Presidente da Autoridade Palestina, assim como líderes do Egito, da Turquia, do Irã, do Catar e da Jordânia, entre outros. Por sua vez, o Ministro Mauro Vieira manteve contatos reiterados para tratar do tema com os chanceleres do Egito, de Israel, da Arábia Saudita, da Rússia, da França, do Irã, do Líbano, da Jordânia e do Catar, entre outros.

14. A Secretaria de Estado procede, nas respectivas áreas de competência e com apoio dos postos no exterior, ao seguimento quotidiano dos principais temas da agenda global, seus desdobramentos e potencial impacto sobre interesses do Brasil, identificando riscos e oportunidades e propondo iniciativas sempre que necessário. No exterior, essa atividade de avaliação e informação é desenvolvida pela rede de postos com atuação no plano bilateral - embaixadas brasileiras em países com os quais mantemos relações diplomáticas - e na esfera multilateral - missões do Brasil junto a organismos e agências internacionais.

15. Sobre o conflito israelo-palestino, incluindo a atual escalada militar na Faixa de



Fls. 6 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

Gaza, são realizadas atividades de acompanhamento, análise e proposição de iniciativas, que abrangem, principalmente, (a) natureza das relações bilaterais do Brasil com os países diretamente envolvidos; (b) intercâmbio de pontos de vista e eventual coordenação de posições com outros países interessados; (c) implicações jurídicas, tanto no campo do Direito Internacional, quanto na esfera dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário, de ações estatais e não estatais; (d) adoção de tratamento multilateral em instâncias das Nações Unidas, com relevo para a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos; (e) proteção e assistência a nacionais brasileiros no exterior; e (f) oferta de ajuda humanitária à população civil atingida pelo conflito.

16. O Itamaraty tem buscado assegurar transparência na atuação do Brasil em relação ao conflito entre Israel e a Palestina. Na página eletrônica do Itamaraty, têm sido publicadas, com significativa frequência, notas à imprensa, externando com clareza nossa posição e descrevendo as medidas tomadas ante a evolução da situação no terreno.

17. Desde o início da atual fase do conflito, foram publicados, em diferentes veículos da imprensa nacional, três artigos de autoria do Ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, a respeito do tema, em novembro de 2023, e em janeiro e em março de 2024 (ANEXOS I, II e III). Registre-se, ainda, a participação do ministro Mauro Vieira em Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e



Fls. 7 do Ofício Nº 27 G/SG/AFEPA/SAMP/SAOM/PARL

Defesa Nacional do Senado Federal (CRE), em 14/03/2024, quando prestou informações sobre as ações da Pasta e esclareceu a posição do Brasil com relação ao conflito na Faixa de Gaza (ANEXO IV).

18. O Itamaraty tem respondido, igualmente, a múltiplas consultas sobre temas ligados à atuação do Brasil no conflito israelo-palestino, recebidas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão, em cumprimento ao disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Atenciosamente,


Maria Laura da Rocha
Ministra de Estado, Substituta, das Relações Exteriores





PT



Entrar com o gov.br

[Órgãos do Governo](#) [Acesso à Informação](#) [Legislação](#) [Acessibilidade](#)[Centrais de conteúdo](#) > [Publicações](#) > [Discursos, artigos e entrevistas](#) > [Ministro das Relações Exteriores](#) > [Artigos](#) > [Mauro Vieira: desde 2023](#) > [O Brasil no Conselho de Segurança e a guerra \(O Globo, 5/11/2023\)](#)

O Brasil no Conselho de Segurança e a guerra (O Globo, 5/11/2023)

Publicado em 05/11/2023 00h00 Atualizado em 08/11/2023 11h39

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [G](#) [e](#)

Madrugada de 7 de outubro no Brasil.

O Hamas invade território israelense e perpetra um atentado terrorista que deixa como saldo mais de 1.400 pessoas assassinadas — entre elas três compatriotas — e um número estimado de mais de 200 reféns, segundo cifras de autoridades israelenses.



Começava aí, durante a presidência brasileira do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), prevista no calendário para outubro, um intenso esforço diplomático que sempre teve como objetivo prioritário aliviar o drama humano. Uma tragédia que atingiu tanto reféns e suas famílias quanto civis moradores de Gaza, estes sob três semanas de intenso bombardeio, que só fez se agravar ao longo dos últimos dias. E que deixou, até o momento, um saldo adicional de outras 8.500 vítimas fatais na Palestina, das quais mais de 3 mil são crianças, segundo autoridades palestinas.

O histórico da questão israelo-palestina exigia realismo e determinação, no limite da teimosia: afinal, vetos dos membros permanentes acompanham os 75 anos de história do conflito no Conselho. Além de construir a maioria regimental de nove dos 15 votos do Conselho, era preciso construir um texto equilibrado a ponto de driblar o histórico predomínio dos vetos dos membros permanentes na questão. Desde 2016, não se aprova no Conselho nenhuma resolução sobre a questão palestina, e, dos 250 vetos da história do Conselho, 86, ou mais de 1/3, referem-se ao Oriente Médio.

Era obrigação da presidência brasileira tentar um acordo até o último minuto de seu mandato, e foi o que o Brasil fez, por instruções diárias do presidente Lula. Para isso, contou com total apoio dos outros nove membros não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos, grupo chamado E10, e de alguns dos cinco membros com direito a veto, o P5 no jargão da ONU.

Em 18 de outubro, o texto proposto pela presidência brasileira, um dos quatro votados no Conselho, foi o que mais próximo esteve da façanha diplomática de ser aprovado e de fazer prevalecer os interesses das pessoas afetadas, deixando as rivalidades geopolíticas em segundo plano. O texto contou com 12 votos a favor, entre eles da China e da França, membros do P5. Houve também duas abstenções do mesmo grupo, Rússia e Reino Unido, e o veto dos Estados Unidos. O único veto foi suficiente para devolver a discussão de texto à estaca zero, quando a deterioração da situação em Gaza já ganhava contornos difíceis de reverter.

O dado encorajador desse esforço é que, apesar da retórica inflamada e dos vetos cruzados, os membros do Conselho colaboraram continuamente com a presidência brasileira na tentativa de construir consensos. Seguiremos nessa linha, com a mesma obstinação, nas deliberações a partir de agora, já na presidência chinesa, iniciada na quarta-feira, dia 1/11. O trabalho rendeu bons frutos, e a facilidade de interlocução do Brasil com todos os seus pares na ONU produziu avanços e mensagens políticas claras, seja nos 12 votos do CSNU, seja na aprovação de uma resolução da Assembleia Geral, composta por todos os 193 países-membros, que conclamou a entrada em vigor de uma "trégua humanitária imediata, durável e sustentada". A trégua é elemento indispensável para que o resgate dos reféns seja negociado e implementado — e para que uma ajuda humanitária adequada possa ser prestada à população de Gaza.

Ainda que o objetivo de que o Conselho falasse com uma só voz em favor dos que sofrem em Israel e Gaza não tenha sido alcançado em outubro, o esforço de todos valeu a pena. Representa um impulso renovado e claro da comunidade internacional em favor da paz no Oriente Médio, que nenhum veto será capaz de calar. Assim se construirá o caminho que levará à solução de

; à espera da concretização. A



≡ Ministério das Relações Exteriores

time em relação a essa solução, e

acordos de paz de Camp David e

de Oslo, entre outros avanços, precisam urgentemente ser renovados. No limite da teimosia, é preciso perseguir esse objetivo como etapa indispensável para sepultar décadas de ódio e de sofrimento e abrir espaço para a promoção da paz e da reconciliação.

Categoria

Justiça e Segurança

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)





Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade

PT



Entrar com o gov.br

Ministério das Relações Exteriores




Centrais de conteúdo > Publicações > Discursos, artigos e entrevistas > Ministro das Relações Exteriores > Artigos > Mauro Vieira: desde 2023 > Brasil, Gaza e o julgamento na corte internacional (Folha de S. Paulo, 20/01/2024)

Brasil, Gaza e o julgamento na corte internacional (Folha de S. Paulo, 20/01/2024)

Publicado em 22/01/2024 10h28 Atualizado em 22/01/2024 10h34

Compartilhe:

Venho acompanhando com vivo interesse o debate que se estabeleceu em torno do anúncio do apoio político do país, pelo presidente Lula, à iniciativa da África do Sul de acionar a Corte Internacional de Justiça (CIJ) para proteger a população palestina, ao amparo da Convenção para a Repressão e Punição do Crime de Genocídio. Como o Brasil, pelo menos 65 países expressaram apoio político à petição sul-africana, tendo 2 deles, Jordânia , Bangladesh, formalizado intenção de intervir, como terceira parte, no caso.

O apoio político não prejudica qualquer decisão do mérito quanto à determinação de eventuais violações da convenção. Compete aos 15 juizes da corte deliberar de forma independente sobre a matéria, inclusive no que diz respeito à obrigação, da qual nenhum Estado pode eximir-se, de prevenir e de punir o crime de genocídio.

E por que o apoio do Brasil à ação sul-africana na corte?

Organizações internacionais, peritos independentes e agências humanitárias competentes têm ressaltado, com veemência inédita, a possibilidade de graves violações ao direito internacional em Gaza, inclusive à Convenção de Genocídio. De fato, há alarmante número de vítimas civis em reduzido intervalo de tempo.

São mais de 24 mil mortos, dos quais 70% mulheres e crianças, em pouco mais de cem dias de operações militares. Há ainda graves relatos de cerceamento de acesso a serviços básicos e obstáculos à prestação de assistência humanitária, em cenário de ampla destruição da infraestrutura civil de Gaza.

Diante da grave situação no terreno, que inclui alarmantes cifras de 142 funcionários de agência humanitária das Nações Unidas e cerca de 100 jornalistas entre os mortos, parece-nos fundamental que o principal órgão judiciário da ONU se manifeste.

É importante sublinhar, ademais, que as medidas cautelares solicitadas pela África do Sul para afastar o risco de genocídio, ao requererem "a suspensão imediata das operações militares dentro e contra Gaza", poderiam fomentar necessário alívio humanitário e desejável ambiente de diálogo político que permita a retomada de negociações para a solução de dois Estados, convivendo lado a lado, em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

O Brasil reitera que Israel tem o direito de defender e de proteger seus cidadãos, e, nesse sentido, de atuar, nos parâmetros do direito internacional para prevenir e punir atos terroristas. De forma consistente e coerente com sua política externa, o Brasil condenou, de modo imediato e incisivo, os ataques terroristas do Hamas em 7 de outubro. O Brasil também confere absoluta prioridade à urgência da cessação de hostilidades em Gaza, como demonstrou em sua atuação no Conselho de Segurança da ONU.

Tentar caracterizar a ação movida pela África do Sul como manifestação de antissemitismo é forma desafortunada de tentar mudar de assunto. No limite, é também forma desafortunada de questionar a legitimidade de importante democracia multirracial da Sul Global, marcada por emblemática história de luta contra a discriminação racial, de acionar a CIJ para

1 PÁGINA INICIAL 2 NAVEGAÇÃO 3 BUSCA 4 MAPA DO SITE 5



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/maur...
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404736

A crítica de que a posição brasileira afetaria suas credenciais como suposto mediador nesta e em outras questões globais parte de pressuposto equivocado de que o Brasil é candidato a ser uma espécie de mediador universal. Essa pretensão não existe e não é realista. Mediadores são escolhidos pontualmente pelas partes em conflito.

Para além de coerência e consistência em sua política externa, o prestígio e o reconhecimento do Brasil perante a comunidade internacional pressupõem coragem e altivez para se posicionar a respeito de indícios de graves violações dos direitos fundamentais de um povo.

Categoria

Comunicações e Transparência Pública

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [@](#)



PT



Entrar com o gov.br

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



Ministério das Relações Exteriores



Centrais de conteúdo > Publicações > Discursos, artigos e entrevistas > Ministro das Relações Exteriores > Artigos > Mauro Vieira: desde 2023 > Opinião: Cessar-fogo e Palestina na ONU, necessidades urgentes (O Estado de S. Paulo - 25/3/2024)

Opinião: Cessar-fogo e Palestina na ONU, necessidades urgentes (O Estado de S. Paulo - 25/3/2024)

Publicado em 25/03/2024 03h00 Atualizado em 27/03/2024 16h48

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [Q](#) [@](#)

Por Mauro Vieira
25/03/2024 | 03h00

Por instrução do presidente Lula, realizei na semana passada visitas à Cisjordânia, na Palestina, à Jordânia, ao Líbano e à Arábia Saudita, quatro dos protagonistas indispensáveis de qualquer futura solução de paz para o Oriente Médio. Além das reuniões de trabalho com os chanceleres, fui recebido pelos chefes de Estado e de governo palestino, jordaniano e libanês, e pelo chanceler saudita, para conversas nas quais algumas conclusões consensuais surgiram naturalmente.

A primeira é a de que o Brasil, ao contrário do que sugerem alguns críticos mais apressados, tem efetivamente um papel a ocupar no debate sobre o futuro da Palestina, sua viabilização como Estado e a construção de uma paz duradoura no Oriente Médio. Se não bastasse a relevância da defesa dos interesses de 6 mil palestinos de origem brasileira que vivem na Cisjordânia e dos 22 mil brasileiros e descendentes que vivem no Líbano, 4 mil dos quais na zona de fronteira com Israel, as autoridades com quem conversei deixaram claro que o Brasil e o presidente Lula já ocupam, na prática, um papel de liderança nesse debate. E que somos muito bem-vindos.

Ao elogiar e agradecer o presidente Lula, em uníssono, pela coragem com que tem criticado as atrocidades cometidas pelo governo Netanyahu em Gaza, e que já são objeto de ação na Corte Internacional de Justiça, essas autoridades e as lideranças das comunidades brasileiras na Palestina e no Líbano me transmitiram um apelo: o de que a voz do Brasil continue a ser ouvida no debate em favor da causa palestina, da defesa dos civis palestinos e da cessação de hostilidades não somente em Gaza, mas também na Cisjordânia, na Síria e na fronteira de Israel com o Líbano. Qualquer erro de cálculo nessa fronteira, com presença de forças da Organização das Nações Unidas (ONU), pode deflagrar cenários de alastramento do conflito, com consequências imprevisíveis para toda a região. Nela, nos dias de hoje, as hostilidades já são constantes, o que gerou uma massa de quase 200 mil deslocados, libaneses e israelenses.

Este apelo pela participação do Brasil e a gratidão com que as posições do presidente Lula foram recebidas no mundo árabe têm como um de seus fundamentos o vácuo deixado por relevantes atores do Ocidente na defesa dos direitos da Palestina e dos palestinos. A reação inicialmente tímida do Ocidente às atrocidades em Gaza foi percebida por setores representativos das elites e da população da Palestina e dos seus aliados, na prática, como uma forma de abandono e de hipocrisia, meses apenas depois da intensa mobilização ocidental em apoio à Ucrânia e aos civis ucranianos. Os dois pesos e duas medidas do Ocidente, já apontados pelo Brasil em outubro passado, quando o País ocupava a presidência do Conselho de Segurança da ONU, não passaram em branco no mundo árabe e foram recebidos com desalento, em especial pelos setores moderados da política e da sociedade.

Um dos meus interlocutores no Líbano chegou a afirmar que "o Ocidente perdeu seus valores" em relação aos direitos humanos no conflito de Gaza e diante dos abusos e das agressões crescentes à população palestina na Cisjordânia por colonos e forças israelenses. Nos dias atuais, cerca de 700 check points ou pontos de obstrução israelenses em território da Cisjordânia

1 PÁGINA INICIAL 2 NAVEGAÇÃO 3 BUSCA 4 MAPA DO SITE 5 Cisjordânia, como o que fiz a



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/artigos-mre/maur...<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2404736>

caminho de Ramala, mostra os efeitos nocivos, para a solução de dois Estados, da política sistemática de ampliação de assentamentos pelo governo Netanyahu ao longo de seu período no poder.

O Ocidente perdeu, assim, na visão desse interlocutor libanês, a oportunidade de aplicar seus valores de modo coerente, papel que vem sendo ocupado pelo Brasil ao lado de países democráticos do mundo em desenvolvimento, como a África do Sul e a Indonésia. Lembrou, também, a verdade inconveniente de que alguns dos países que lançam doações de aviões são os mesmos que fornecem a Israel equipamentos e munição que impactam diariamente os civis em Gaza.

O resultado deste descompasso do discurso ocidental no Oriente Médio é, lamentavelmente, o nítido estreitamento do espaço das forças moderadas e o imediato aumento da popularidade de grupos como o Hamas, que se verifica claramente hoje na opinião pública não só da Palestina, mas também do Líbano e da Jordânia.

Estamos, portanto, com o enfraquecimento dos setores moderados, indo na contramão do caminho do diálogo e da paz que o Ocidente diz defender. Essa rota de colisão precisa ser revertida com urgência e, ao lado do cessar-fogo em Gaza, novamente objeto de um projeto rejeitado no Conselho de Segurança na semana passada, é preciso avançar no debate sobre o futuro da Palestina. O primeiro gesto político nesse sentido deve ser a admissão da Palestina como membro pleno da Organização das Nações Unidas, que não pode mais esperar. É hora de ação, e o Brasil já está engajado nessa articulação, que nada mais é que uma questão de justiça: 139 dos membros da ONU já reconhecem o Estado da Palestina, e esse apoio amplamente majoritário precisa ser convertido em ações concretas, a começar, sem mais demora, pela ONU.

Categoria

Comunicações e Transparência Pública



Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [📧](#) [🔗](#)





PT



Entrar com o gov.br

Órgãos do Governo

Acesso à Informação

Legislação

Acessibilidade



Ministério das Relações Exteriores



Centrais de conteúdo > Publicações > Discursos, artigos e entrevistas > Ministro das Relações Exteriores > Discursos > Mauro Vieira: desde 2023 > Discurso do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública Interativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Discurso do Ministro Mauro Vieira na Audiência Pública Interativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Brasília, 14 de março de 2024

Publicado em 14/03/2024 11h00 Atualizado em 14/03/2024 16h47

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [D](#) [@](#)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Renan Calheiros,

Excelentíssimo Senhor Líder do Governo no Senado Federal, Senador Jaques Wagner,

Senhoras Senadoras e Senhores Senadores,

Colegas do Ministério das Relações Exteriores,

Senhoras e Senhores,

É uma satisfação e uma honra estar aqui hoje, a convite de Vossa Excelência, para esta reunião que é a abertura do ano legislativo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Quero registrar, uma vez mais, a importância e o apreço que o Itamaraty confere aos trabalhos desta Comissão, por meio da qual tem sido fortalecido o diálogo e a cooperação com o Senado Federal em todos os temas afetos à política externa definida pelo Presidente Lula.

Senhor Senador, muito obrigado pelo tempo que me concede. Tentarei me referir a todos os temas que havia preparado para minha apresentação e também aos temas levantados por Vossa Excelência. Gostaria de dizer que farei primeiro uma apresentação, um relatório do ano de 2023, e a projeção para 2024. Na segunda parte, então, eu abordaria as questões que Vossa Excelência levantou sobre o conflito entre Israel e Gaza, sobre a guerra entre Rússia e Ucrânia e sobre Itaipu. Obviamente, estarei sempre à disposição para responder a todas as perguntas.

Para começar, eu diria que concluímos com êxito o primeiro ano da política externa determinada pelo presidente Lula com o objetivo de reposicionar o Brasil no mundo a partir de 1º de janeiro do ano passado. Foram mais de 200 interações mantidas pelo Senhor Presidente da República e por mim mesmo, na forma de participação em cúpulas, reuniões bilaterais, visitas realizadas, telefonemas e videoconferências.

Dedicamos especial atenção ao relançamento dos contatos com nossos principais parceiros. O ponto de partida foi, como não poderia deixar de ser, a nossa própria região, em linha com o mandamento constitucional de integração latino-americana. O Brasil revitalizou a parceria com nossos sócios estratégicos do MERCOSUL, regressou à Comunidade de Estados Latino-americanos e do Caribe, a CELAC, e lançou nova agenda de cooperação e integração na América do Sul com o Consenso de Brasília, adotado na Reunião de Presidentes de Países da América do Sul, realizada aqui em Brasília, em 30 de maio. Em agosto, fizemos a Cúpula da Amazônia, em Belém, com os chefes de Estado dos países membros do Tratado de Cooperação



Resgatamos relações com parceiros tradicionais, como os Estados Unidos - com quem celebramos duzentos anos de relações diplomáticas neste ano de 2024 - e com os países europeus. O Presidente Lula foi convidado para grandes eventos internacionais, entre os quais a reunião do G7 em Hiroshima, grupo de países composto por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá, com o qual mantemos intercâmbio político importante e, comercial, de 139 bilhões de dólares. Aliás, vale a pena registrar que o Presidente Lula foi o único chefe de Estado brasileiro convidado para todas as reuniões do G7, durante seus dois primeiros mandatos - oito, portanto, realizações da Cúpula do G7. Foi convidado no ano passado, o primeiro de seu terceiro mandato, também para a Cúpula de Hiroshima, e já foi, inclusive, convidado para a Cúpula do G7 deste ano, na Itália, a quem cabe a presidência do G7, que fará a Cúpula na região de Puglia, de 13 a 15 de julho.

Além disso, demos novo impulso aos laços com países em desenvolvimento, como a China, a Índia, a África do Sul e demais nações da África e da Ásia, inclusive com a ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático).

Queria destacar, ainda, Senhor Presidente, que recebi em Brasília, em janeiro deste, visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, com quem co-presidi a IV Reunião do Diálogo Estratégico Global Brasil-China. O encontro foi muito produtivo, importante e resultou na assinatura de um Acordo sobre Vistos em Passaportes Comuns que dobrará para 10 anos a validade recíproca dos vistos concedidos. Isso terá efeito positivo para a comunidade de negócios de ambos os países. A reunião permitiu, ainda, que discutíssemos os preparativos para a VII Sessão Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a COSBAN, mecanismo que comemora seus 20 anos em 2024 e que reunirá, em junho, na China, os vice-presidentes Geraldo Alckmin e Han Zheng. Aguardamos, também, visita de Estado do Presidente Xi Jinping, prevista para novembro deste ano, quando celebraremos os 50 anos de relações bilaterais.

Como todos sabem, a China é o maior parceiro comercial do Brasil desde 2009. Em 2023, a corrente de comércio bilateral registrou um recorde de praticamente US\$ 158 bilhões. O superávit comercial para o Brasil atingiu o recorde de US\$ 51 bilhões. Ou seja, metade do superávit comercial total do Brasil no ano passado.

Criamos ainda a posição de delegado permanente do Brasil junto à Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), bloco de 10 países representativo de uma das regiões mais dinâmicas do mundo, composto por Tailândia, Malásia, Singapura, Filipinas, Indonésia, Vietnã, Camboja, Brunei, Mianmar e Laos. Trata-se de bloco que tem se consolidado como parceiro chave para a economia brasileira. Nosso fluxo de comércio tem aumentado consistentemente e alcançou a cifra de US\$ 37 bilhões de dólares no ano passado.

Ainda na diplomacia comercial, é digna de nota a conclusão do Acordo de Livre Comércio entre Mercosul e Singapura, o primeiro dessa natureza que o bloco assina desde 2011.

O comércio do Brasil com a União Europeia tem se mantido em patamar elevado, acima de 91 bilhões de dólares. Podemos dizer que fizemos importantes avanços na negociação do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia durante a presidência "pro tempore" brasileira do Mercosul, no ano passado, o que demonstra o engajamento do Brasil e dos sócios do Mercosul nas relações com a União Europeia. Seguimos comprometidos com a conclusão deste importante acordo, o que deverá, esperamos, ocorrer ainda este ano, no segundo semestre.

Graças ao trabalho intenso do Ministério das Relações Exteriores em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária, foram abertos, no ano passado, 78 novos mercados para produtos agropecuários, em 39 países, distribuídos pelos cinco continentes. Já nestes primeiros dois meses do ano, conseguimos abrir mais 18 mercados em 13 países. Isso tem sido fundamental para a geração de renda e emprego no Brasil, instrução e preocupação constante do Presidente Lula, além de ser importante elemento para o agronegócio brasileiro.

No plano multilateral, participei, na semana retrasada, da 13ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos. Nossa atuação teve como parâmetro geral a defesa da OMC e do sistema multilateral de comércio, em linha com a atuação histórica do Brasil e com a prioridade atribuída pela presidência brasileira do G20 ao fortalecimento da governança global. Lamentamos, por outro lado, a falta de resultados ambiciosos na Conferência, em especial a ausência de avanços concretos em agricultura, apesar dos esforços empreendidos. De todo modo, continuaremos engajados nas negociações com vistas a restabelecer a operacionalidade do sistema de solução de controvérsias da OMC, que é tema



central da política comercial brasileira, pilar fundamental do sistema multilateral de comércio e que está paralisado desde 2017 e totalmente bloqueado a partir de 2019.

Se no ano de 2023, o Brasil voltou ao mundo, neste ano é o mundo que virá ao Brasil. O principal exemplo disso, é a presidência brasileira do G20, nossa prioridade maior de política externa em 2024.

Quero agradecer o apoio do Congresso Nacional, especialmente desta Casa, na viabilização dos meios materiais para entregarmos, com êxito, esse compromisso que assumimos perante a comunidade internacional. Serão mais de duzentas reuniões, ao longo de todo o ano e em diversas capitais do Brasil, nas quais serão discutidos temas fundamentais para o futuro do mundo e do Brasil.

O governo brasileiro definiu as seguintes prioridades para nossa presidência do G20: inclusão social e combate à fome e à pobreza; transição energética e a promoção do desenvolvimento sustentável; e a reforma das instituições de governança global. Lançamos três iniciativas prioritárias: uma Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que contará tanto com países desenvolvidos como em desenvolvimento; lançamos também uma Força-Tarefa para a Mobilização Global contra as Mudanças Climáticas; e também faremos uma reunião inédita de chanceleres do G20, que será a segunda ao longo do ano, em Nova York, logo após a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, aproveitando a presença de praticamente todos os Ministros de Relações Exteriores e muitos dos Chefes de Estado. Esta reunião, que será aberta à participação de todos os membros da ONU, num esforço de inclusividade, terá por objetivo promover os debates sobre reforma da governança global.

Nos dias 21 e 22 de fevereiro passado, durante a primeira reunião de chanceleres do G20, no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de discutir com profundidade esse último tópico. Colocamos à mesa os membros do G20 – 19 países, mais a União Europeia e União Africana – além de países convidados e organismos internacionais, em um diálogo franco, importante e necessário para discutir a conjuntura internacional e para discutir caminhos para reforma da governança global. Em um cenário de extrema polarização internacional, o fato de que todos estiveram na mesma sala e dialogaram já merece ser celebrado. Posteriormente, no dia 26 de fevereiro, em São Paulo, os ministros das finanças do G20 se reuniram para discutir a arquitetura financeira internacional, inclusive temas como evasão fiscal, taxação internacional, finanças sustentáveis, entre outros, sob a liderança do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A agenda seguirá intensa até a Cúpula de Líderes e Chefes de Estado do G20, no Rio de Janeiro em novembro deste ano.

Outra prioridade para este ano, conforme orientações recebidas do Presidente Lula, são as relações com a América Latina e o Caribe e o continente africano.

O Presidente Lula realizou visita ao Egito, que foi particularmente significativa, pois celebramos, neste ano, cem anos de relações diplomáticas. Mantemos um importante fluxo comercial da ordem de quase 3 bilhões de dólares com o Egito. Durante a visita, iniciamos discussões para elevar as relações entre o Brasil e o Egito ao nível de Parceria Global. O Presidente regressou à sede da Liga dos Estados Árabes no Cairo, 20 anos após seu primeiro discurso naquele foro – o primeiro e único, até então, realizado por um chefe de Estado brasileiro. A Liga Árabe congrega 22 países membros e, no ano passado, representou, em bloco, importante intercâmbio comercial com o Brasil da ordem de US\$ 30 bilhões.

Em seguida, o Presidente esteve em Adis Abeba, na Etiópia, para uma visita de Estado importante e para participar como convidado da Cúpula da União Africana. Foi o único chefe de Estado de fora da região a ter sido convidado para tomar a palavra, além do Primeiro-Ministro da Palestina. O presidente também manteve uma série de reuniões bilaterais com os países da região. Nosso comércio bilateral com a África já ultrapassa os 20 bilhões de dólares. Minha avaliação é a de que esse périplo do Presidente Lula abriu novas oportunidades de aprofundamento de nossas relações na seara política e, especialmente, em termos de comércio e investimentos.

Ao mesmo tempo, seguimos conferindo especial ênfase à cooperação e à integração na América do Sul. Isso ficou muito evidente no importante esforço diplomático de desarme de tensões entre Guiana e Venezuela sobre a disputa da região do Essequibo. Isso se deveu muito à iniciativa do Presidente Lula durante a Cúpula do Mercosul em dezembro no Rio de Janeiro, de propor ao presidente da CELAC, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, que abordasse a questão com ambas as partes, fazendo a intermediação entre Guiana e Venezuela. Atendendo a esse chamado para criar um espaço de

Maduro e Irfaan Ali. Os Presidentes de ambos os países concordaram em não recorrer à força para resolver o contencioso bilateral e comprometeram-se a manter negociações com vistas a encontrar solução diplomática permanente. Em janeiro último, como consequência desse encontro de São Vicente e Granadinas, recebemos, no Brasil, a 1ª Reunião da Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e Venezuela, criada pelas partes para seguir o diálogo.

O governo brasileiro também está firmemente empenhado no acompanhamento da situação na Venezuela. Em nossos contatos com o governo venezuelano, temos enfatizado a importância de preservar o espírito dos Acordos de Barbados para o encaminhamento da situação política no país. O Presidente Lula manteve reunião com o Presidente da Venezuela à margem da Cúpula da CELAC. Posteriormente, três dias após, o governo venezuelano anunciou a convocação das eleições presidenciais para o dia 28 de julho próximo, que serão passo fundamental para o encaminhamento do processo político no país vizinho.

Representei o governo brasileiro na cerimônia de posse do presidente da Argentina, Javier Milei. Antes da posse, recebi a visita da então chanceler designada Diana Mondino, com quem venho mantendo contatos frequentes e produtivos.

No final de fevereiro último, o Presidente Lula visitou a Guiana para participar da 46ª Cúpula da Comunidade do Caribe, a CARICOM, em Georgetown, e eu o acompanhei também à 8ª Cúpula da CELAC, em Kingstown, São Vicente e Granadinas. Cabe ressaltar que o comércio do Brasil com a CELAC é da ordem de 83 bilhões de dólares, no ano passado. Com a CARICOM foi de 2,6 bilhões de dólares.

Acompanhamos com preocupação a situação em curso no Haiti. Estamos empenhados em esforços para que a comunidade internacional apoie a Missão Multinacional de Apoio à Segurança (MSS), mandatada em outubro passado, durante a presidência brasileira no Conselho de Segurança da ONU. Essa Missão, que deverá ser integrada por contingente de policiais do Quênia, do Benim, e de países da CARICOM, será fundamental para apoiar os esforços da Polícia Nacional do Haiti (PNH) na estabilização do país.

Como as senhoras e senhores podem ver, a agenda de política externa para 2024 exigirá bastante do Itamaraty e dos demais ministérios da Esplanada. Além da execução das prioridades de 2024, também já estão em andamento os preparativos para os grandes eventos que sedharemos em 2025, com destaque para a COP30 do Clima e a Cúpula do BRICS, além da Cúpula do Mercosul.

Portanto, o apoio constante do Senado e desta Comissão será fundamental para que possamos continuar a realizar as sabatinas, a aprovação dos atos internacionais, o diálogo institucional e as relações interparlamentares.

Neste segundo ano de governo do presidente Lula, o Itamaraty seguirá dedicando esforços para a consolidação das iniciativas de política externa lançadas no ano passado, cujos resultados já se fazem sentir, permitindo, que em 2024 e nos próximos anos, o mundo venha ao Brasil, abrindo novas possibilidades de parcerias políticas e econômicas em prol do desenvolvimento sustentável do Brasil em suas três dimensões (econômica, social e ambiental).

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Passo, agora, à segunda parte da minha apresentação. Procurarei aproveitar a oportunidade para responder aos pontos que Vossa Excelência levantou em sua alocução inicial.

Começo pelo conflito israelo-palestino, que continua sendo da mais alta importância e relevância para a política externa brasileira e para o conjunto da comunidade internacional.

Passados cinco meses desde os brutais ataques terroristas realizados pelo Hamas contra a população civil em Israel, a violência, a destruição e a morte continuam a imperar entre Israel e Palestina, colocando em risco a estabilidade regional.

Já na primeira hora, o governo brasileiro, a começar pelo Presidente da República, manifestou o repúdio e a condenação aos ataques terroristas de 7 de outubro.

Transmitimos oficialmente, por nota do Itamaraty e por meio de telefonema do Presidente Lula ao Presidente de Israel, e em milhares das vítimas e nossa



solidariedade ao povo daquele país.

Manifestamos, também, nossas mais profundas condolências e solidariedade aos familiares de nacionais brasileiros e de filhos de nacionais brasileiros que perderam a vida naquele dia fatídico.

Solicitamos e continuamos empenhados na pronta libertação dos reféns, inclusive do cidadão brasileiro-israelense Michel Nisenbaum, cuja família foi recebida pelo Presidente Lula aqui em Brasília, no dia 11 de dezembro passado. Eu mesmo recebi os familiares do senhor Nisenbaum, em Buenos Aires, no dia 9 de dezembro, à margem da cerimônia de posse do presidente Milei, a pedido do então ministro das Relações Exteriores de Israel, Eli Cohen, que os acompanhou durante essa reunião.

Prestamos, também, nossa sincera e profunda solidariedade ao povo palestino, particularmente àqueles que ainda se encontram em Gaza, àqueles que foram forçados a se deslocar e àqueles muitos que perderam seus entes queridos.

Ressaltei, aqui nesta Comissão em outubro passado, que nada - absolutamente nada - justifica o recurso à violência, sobretudo contra civis. Isso permanece válido e ganhou ainda mais urgência e relevância. E foi justamente por isso que incentivamos, desde o início, todas as partes a exercerem a máxima contenção a fim de evitar uma escalada da situação.

Nos primeiros meses, nossa atenção esteve voltada a atender os cidadãos brasileiros em necessidade de assistência dos dois lados do conflito. Eram cerca de 14 mil brasileiros residentes em Israel e cerca de 6 mil na Palestina, a grande maioria na Cisjordânia mas alguns - acima de uma centena - na Faixa de Gaza. A determinação do Presidente Lula, desde o início, foi a de não deixar nenhum brasileiro ou brasileira para trás.

Criamos um gabinete de crise no Itamaraty, de natureza interministerial, com a participação do Ministério da Defesa e da Força Aérea Brasileira, além de outros ministérios, como o ministério da Justiça e a pasta do Desenvolvimento e Assistência Social, com o objetivo de acompanhar, em tempo real, os desdobramentos do conflito. Servidores do Itamaraty trabalharam em sistema de plantão de 24 horas, 7 dias por semana, atendendo a brasileiros e familiares, e coordenando o processo de repatriação. Nossa rede de postos no Exterior e os funcionários em Brasília monitoraram constantemente a situação no terreno e as negociações em foros internacionais. Faço um especial agradecimento aos funcionários do Itamaraty nas Embaixadas em Tel Aviv, Ramala, Cairo, Amã e Beirute, além de todos os funcionários envolvidos da área consular e das demais áreas nesse esforço e na implementação dessa operação em Brasília.

Graças a essa atuação determinada, o Brasil foi o primeiro país a iniciar a operação de repatriação de nacionais, e de maneira totalmente gratuita. Isso não teria sido possível sem o apoio do Ministério da Defesa e o profissionalismo da Força Aérea, que atenderam imediatamente ao chamado do Presidente Lula.

A retirada dos brasileiros de Gaza, em particular, foi fruto de intensa articulação diplomática e presidencial, em contatos com o governo de Israel, com a Autoridade Palestina, o Egito, a Turquia, o Catar, a Jordânia, os Emirados Árabes Unidos, o Irã, a Rússia, a França, e a Arábia Saudita, todos atores importantíssimos na região do conflito no Oriente Médio, entre outros atores. Em todos esses contatos nossa mensagem foi sempre uníssona: apoio à operação de retirada dos brasileiros que desejavam retornar a nosso país; apoio a todas as iniciativas possíveis para que não faltasse água, luz e remédios em hospitais em Gaza; e apelo por corredor humanitário, pelo cessar-fogo, pela retomada das negociações de paz e pela liberação dos reféns.

Após meses de espera e de intenso trabalho diplomático, logramos retirar nossos nacionais de Gaza, inclusive um bebê brasileiro nascido nos primeiros momentos do conflito.

No total, a Operação "Voltando em Paz" repatriou 1.560 cidadãos em 12 voos da FAB, e um voo comercial, incluindo quatro grupos de brasileiros que estavam em Gaza.

Quero agradecer, mais uma vez, o apoio de inúmeros parlamentares que entraram em contato conosco e nos ajudaram a identificar pessoas que precisavam de ajuda tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhores Senadores, Senhor Presidente,



O conflito entre Israel e Palestina não é algo novo. Ele pode ser considerado o último grande conflito colonial não resolvido, após quase 70 anos de discussões, guerras e acordos negociados, muitos dos quais jamais implementados.

A violência na Faixa de Gaza já havia eclodido em 2007, ano do início do bloqueio israelense, que agravou a situação humanitária naquele território. Outros episódios sangrentos se seguiram, em 2009, 2011, 2014 e 2018. Como se vê, a dinâmica entre Israel e Palestina já estava se mostrando cada vez mais insustentável, sem avanços concretos.

Nos anos recentes, organismos internacionais, ONGs e governos vêm alertando para o crescimento sistemático dos assentamentos ilegais israelenses na Cisjordânia. Também houve forte aumento de atos de violência dos colonos israelenses contra palestinos residentes nos Territórios Ocupados.

Observou-se uma crescente segregação no que tange ao acesso a serviços básicos. Além disso, houve numerosas violações israelenses ao "status quo" dos sítios sagrados de Jerusalém, com destaque para a Esplanada das Mesquitas, também conhecida como Monte do Templo.

Historicamente, como país amigo do Estado de Israel e do Estado da Palestina - e como um país que abriga de forma harmônica comunidades de origem árabe e judaica -, a posição do Brasil tem sido, e continuará a ser, em favor do diálogo e de negociações que conduzam à solução de dois Estados, com Palestina e Israel convivendo em paz e segurança, dentro de fronteiras mutuamente acordadas e internacionalmente reconhecidas.

Temos um compromisso histórico com o Estado de Israel. E temos também um compromisso histórico com o Estado da Palestina, reconhecido por 139 países na data de hoje, e temos um compromisso com sua aspiração legítima a tornar-se membro pleno da Organização das Nações Unidas.

O Brasil esteve presente no processo que levaria à criação do Estado de Israel quando, no dia 29 de novembro de 1947, a Assembleia Geral das Nações Unidas, sob a presidência do brasileiro Oswaldo Aranha, aprovou o plano para divisão da Palestina. Plano este que previu a criação de um Estado judeu, mas também de um Estado palestino, além de um status especial para a cidade de Jerusalém.

O Brasil se orgulha de sua posição histórica sobre o conflito israelo-palestino, que respeita o direito internacional, as resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral das Nações Unidas. Também valorizamos nossa disposição para apoiar e tentar encontrar um caminho de paz naquela região que é tão importante e relevante para os brasileiros. O Brasil se orgulha igualmente de sua atuação internacional constante e firme no combate a todas as formas de discriminação, xenofobia e antissemitismo.

Senhor Presidente,

A atual escalada de violência põe em evidência a urgência de buscar solução política justa e duradoura para o conflito. O Brasil tem trabalhado no máximo de suas capacidades diplomáticas nesse sentido. Temos sistematicamente condenado a expansão de assentamentos israelenses nos territórios palestinos ocupados.

O Brasil reconhece a Palestina como um Estado desde 2010 e continuamos a nos empenhar para que a Palestina se torne um membro pleno das Nações Unidas. E, como disse, 139 membros dos 193 membros da ONU já reconhecem a Palestina como um Estado. Esses esforços se prestam a ajudar a criar as condições para a retomada do processo de paz, levando a uma solução de dois Estados, com Israel e Palestina vivendo lado a lado dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas.

Propostas que envolvam o deslocamento de palestinos para fora da Faixa de Gaza e o restabelecimento de assentamentos israelenses naquele território são absolutamente inaceitáveis e apenas aprofundarão a tragédia em curso.

O Brasil tem feito tudo a seu alcance para colaborar para uma solução dessa catástrofe humanitária. Defendemos a urgência de um cessar-fogo e insistimos em que as partes respeitem o Direito Humanitário Internacional.

À frente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em outubro passado, eu próprio presidi e facilitei esforços para aprovar um plano de paz com vistas à implementação da



solução de dois Estados.

Sempre com esse intuito de facilitação de consenso, fui a Nova York quatro vezes em outubro, quando presidi sete sessões do Conselho de Segurança, além de participar de outro debate do Conselho sobre Oriente Médio, em novembro, já durante a presidência rotativa chinesa do Conselho.

Chegamos muito perto. O projeto facilitado pelo Brasil recebeu 12 votos favoráveis, duas abstenções, mas foi vetado por um dos membros permanentes do Conselho. Outros três projetos instando um cessar-fogo imediato foram igualmente vetados por diferentes lados.

Essa paralisação decisória não é isenta de custos. Recordo que, no dia da votação do referido projeto brasileiro, em 18 de outubro de 2023, registravam-se 3.400 palestinos mortos e 12.000 feridos. Hoje, já são 32.000 mortos e 73.000 feridos em Gaza, 70% dos quais mulheres e crianças, e um número elevado de mais de 7 mil desaparecidos.

Do lado israelense, além dos 1.112 mortos no ataque do Hamas em 7/10, já morreram 251 soldados desde a invasão de Gaza pelo exército de Israel.

A questão que se impõe é: quantas vidas mais serão perdidas até que todos atuem para impedir o morticínio em curso?

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,



É nesse contexto de profunda indignação que se inserem as declarações do Presidente Lula. São palavras que expressam a sinceridade de quem busca preservar e valorizar o valor supremo que é a vida humana.

Aqui me valho de exemplos de declarações de importantes personalidades políticas do mundo. O próprio Secretário de Estado norte-americano, Antony Blinken, quando perguntado sobre as declarações do Presidente, afirmou compreender que foram motivadas pelo "desejo de ver acabar o sofrimento das pessoas", com o que ele concordou.

Foi também por esse motivo que apoiamos o processo iniciado pela África do Sul perante a Corte Internacional de Justiça, que busca avaliar se o governo de Israel estaria violando a Convenção para a Prevenção e a Repressão e Punição do Crime de Genocídio, como mencionado por Vossa Excelência.

Os juízes acolheram a demanda e reconheceram a plausibilidade de que um genocídio estaria em curso. Por esse motivo, a Corte da Haia emitiu, em 26 de janeiro, medidas cautelares que demandam que Israel tome todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos considerados como genocídio, para evitar danos irreparáveis.

Quero ressaltar que essas medidas cautelares são de implementação imediata e obrigatória. Porém, até o momento, não há registro de alteração na condução das operações militares levadas a cabo na Faixa de Gaza.

Pelo contrário, temos ouvido declarações cada vez mais recorrentes de altas autoridades do atual governo de Israel que passaram a falar, abertamente, de ocupação de Gaza, de deslocamento forçado de sua população, e que jamais aceitarão a constituição de um Estado Palestino.

Senhor Presidente,

O senhor perguntou sobre o bloqueio da ajuda humanitária e se ela afronta decisão da Corte Internacional de Justiça. Desde o início do conflito, a comunidade internacional vem manifestando preocupação com o volume de assistência humanitária insuficiente que chega a Gaza, em razão de restrições impostas ao acesso à Faixa de Gaza por Israel. A estimativa é de que mais de 15 mil toneladas de suprimentos de ajuda humanitária internacional ainda aguardariam a aprovação israelense para entrar em Gaza, e mais da metade da carga consistiria em alimentos. Sem sombra de dúvida, o bloqueio à ajuda humanitária no contexto atual de fome e falta de insumos médicos em Gaza consiste em violação do direito internacional.

No tocante especificamente às doações brasileiras, a maior parte delas foi devidamente entregue em Gaza, segundo a organização Crescente Vermelho Egípcio. Trinta dos 190 purificadores de água que enviamos, contudo, tiveram sua entrada na passagem de Rafah. Até o



momento, não temos confirmação sobre os motivos alegados para a rejeição desses trinta últimos purificadores. Mas há indicações informais de que decorreria do fato de os purificadores de água serem movidos a energia solar e contarem com kit voltaico.

O que podemos fazer é continuarmos na nossa linha atual de denunciar a decisão unilateral israelense de bloquear recorrentemente a entrada de ajuda humanitária, e seguir trabalhando com os países vizinhos e os organismos internacionais em favor da abertura de corredores humanitários.

Anúncios oficiais também dão conta de que está sendo preparada operação militar terrestre israelense na região de Rafah, para onde foram forçosamente deslocados grande parte dos habitantes do norte de Gaza e que, agora, não têm para onde fugir.

E é justamente isso que nos causa espanto e consternação, assim como à grande maioria da comunidade internacional. Trata-se de avaliação compartilhada por diversos veículos de imprensa internacional, pelo Secretário-Geral da ONU, António Guterres, e por diversos chefes de Estado, além de declaração recente do próprio Papa Francisco.

Lamento que a Chancelaria de Israel tenha se dirigido de forma desrespeitosa a um Chefe de Estado, de um país amigo, o Presidente Lula. Por sinal, foi o primeiro Chefe de Estado do Brasil a visitar Israel, em março de 2010, em visita oficial.

Reputo igualmente lamentável o tratamento indecoroso e descabido dado ao Embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, que atendeu de boa-fé a uma convocação da chancelaria israelense.



São páginas que desabonam a boa prática diplomática internacional.

Determinei o pronto retorno do Embaixador do Brasil em Tel Aviv para consultas em Brasília. O embaixador de Israel em Brasília e o governo do Primeiro Ministro Netanyahu foram informados de que o Brasil reagirá com diplomacia sempre, mas com toda a firmeza, a qualquer ataque que receber, agora e sempre.

Estou seguro de que as relações do Brasil com Israel, e nossa amizade com o povo israelense, sobreviverão ao comportamento do atual governo de Israel.

Senhoras e senhores senadores,

Jamais poderíamos antecipar que a situação chegaria ao estágio atual, com mais de 31 mil mortos, dos quais mais de 25.000 mulheres e crianças. Números esses que foram mencionados pelo próprio Secretário de Defesa dos Estados Unidos, em depoimento ao Congresso dos EUA no dia 29 de fevereiro deste ano.

É um cenário desolador. Em pouco mais de cinco meses, houve mais crianças, jornalistas, pessoal médico e funcionários da ONU mortos do que em qualquer outro lugar do mundo durante um conflito.

Crianças morrem diariamente por desnutrição. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, 5.500 mulheres deverão dar à luz no atual mês de março, enquanto mais de 155.000 grávidas e lactantes correm risco de desnutrição. Desde 07 de fevereiro, segundo a Organização Mundial da Saúde, não existe mais hospital totalmente funcional em Gaza. Cirurgias estão sendo realizadas sem anestesia, inclusive em crianças. Porta-voz do UNICEF afirmou em dezembro passado que pelo menos 1000 crianças tiveram uma ou ambas as pernas amputadas desde 7 de outubro, em virtude de ataques.

Na semana retrasada, assistimos a um massacre de mais de cem palestinos, que foram mortos enquanto esperavam na fila para receber comida enviada por assistência humanitária. E, apesar disso, o governo do Primeiro Ministro de Israel continua dificultando sistematicamente a entrada de caminhões com ajuda humanitária nas fronteiras com Gaza.

Recebemos com preocupação a notícia, na última semana, de que o governo de Israel autorizou a construção de cerca de 3.500 novas moradias em assentamentos ilegais nos Territórios Palestinos Ocupados, como confirmado por órgãos das Nações Unidas, a exemplo do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos e o Escritório da ONU para Coordenação de Assuntos Humanitários.



Gaza é um quadrilátero com 41 quilômetros de comprimento e com largura que varia entre 6 e 12 quilômetros. São 365 Km², uma área pouco menor do que a do Plano Piloto de Brasília. É como se toda a população da cidade de Belo Horizonte, ou Salvador, estivesse confinada nesse pequeno espaço.

É preciso condenar e repudiar a atrocidade do ataque terrorista sofrido por Israel no dia 7 de outubro. Sim, Israel tem o direito de defender sua população. Mas isso tem de ser feito dentro das regras do direito internacional.

A cada dia que passa, no entanto, resta claro que a reação de Israel ao ataque sofrido tem sido extremamente desproporcional e não tem como alvo somente aqueles responsáveis pelos ataques, mas todo o povo palestino.

Tal como ressaltado pelo Governo brasileiro no Conselho de Direitos Humanos da ONU, trata-se de punição coletiva. Essa atitude é absolutamente contrária aos princípios mais básicos do Direito Internacional Humanitário e deve ser igualmente condenada.

Senhor Presidente Renan Calheiros,

Não é por acaso que o preâmbulo da Carta das Nações Unidas começa com a seguinte frase: "nós, os povos das Nações Unidas, resolvemos a preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade".

Todo o sistema internacional em vigor, com as Nações Unidas no seu centro, foi erigido sobre os escombros da 2ª Guerra Mundial. O objetivo é evitar que as atrocidades registradas naquele período venham a se repetir.

Como afirmei em maio do ano passado nesta comissão, o mundo assiste hoje a uma superposição inédita de crises, que tornam a realidade internacional contemporânea ainda mais complexa e dinâmica.

Como afirmado pelo Presidente Lula, não é possível que o mundo gaste por ano US\$ 2,2 trilhões em armas enquanto mais de 700 milhões de pessoas não tem o que comer.

Combates seguem em curso na Ucrânia, a instabilidade se aprofunda no Haiti, as tensões se elevam no Oriente Médio. Mais do que nunca é preciso diálogo, diplomacia e cooperação.

Temos buscado manter uma posição equilibrada, mas sobretudo construtiva, coerente com nossa história diplomática e com o respeito ao direito internacional.

O Brasil mantém canais de interlocução abertos com Kiev e com Moscou. O Presidente Lula manteve encontro com o Presidente Zelensky à margem da Assembleia Geral da ONU, em setembro do ano passado. O Assessor Especial da Presidência da República, Embaixador Celso Amorim, viajou à Ucrânia, onde foi recebido pelo Presidente Zelensky em maio do ano passado, e tem participado de vários esforços de negociação da paz. Eu próprio já conversei várias vezes, por telefone, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, a última vez no dia 31 de janeiro passado. Estive com ele pessoalmente em Nova York, em setembro, e também, em fevereiro do ano passado, à margem da Conferência de Segurança de Munique, em que tivemos ocasião de discutir nossas posições sobre a questão.

Nossa posição é clara: condenamos a violação da integridade territorial ucraniana tanto no Conselho de Segurança como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, nos posicionamos em favor da paz, do diálogo e da diplomacia. Trata-se de criar um espaço para negociação, que leve em conta as legítimas preocupações de segurança de todas as partes. Até o Papa Francisco repetiu essa observação.

E isso decorre não apenas do imperativo de acabar com a tragédia diária que o conflito impõe em termos de perdas de vidas humanas. O fim do conflito se impõe pelo risco, a meu ver crescente, se considerarmos as declarações recentes de altas lideranças, de uma escalada do conflito, inclusive com possibilidade de uso de armamento nuclear.

O prolongamento do conflito afetará a todos. O risco geopolítico crescente, agravado pelas sanções econômicas unilaterais



O Brasil tem credenciais e patrimônio diplomático suficientes para dar uma contribuição nos grandes temas da ordem internacional, sejam eles de paz e segurança, econômico-financeiros, de combate à fome e à pobreza, desigualdade e, também, no conflito entre Israel e Palestina.

Não estamos sozinhos, muito pelo contrário. É cada vez maior o entendimento internacional de que o que estamos vendo é inadmissível.

Para citar outro exemplo, a Vice-Presidente dos Estados Unidos afirmou, em 4 de março, que "muitos inocentes palestinos foram mortos" e que nossa humanidade comum nos compele a agir para levar ajuda humanitária e vital aos inocentes. Defendeu o cessar-fogo imediato de seis semanas, de modo a que os reféns possam ser libertados. É hora de o Conselho de Segurança agir, portanto.

O Brasil seguirá firme na defesa da diplomacia e do direito internacional e contribuindo na medida de nossas possibilidades, conforme a orientação do Presidente Lula.

Com relação a Itaipu, me permitiria avançar, como Vossa Excelência mencionou, que o Tratado completou 50 anos no ano passado, foi terminado pagamento da dívida contraída para a construção da empresa, e o Brasil e o Paraguai começarão, em breve, a discutir a revisão do Anexo C. Já foi criado, no governo brasileiro, um comitê para discutir a posição sobre o anexo C e a revisão de seus termos, tendo em vista, sobretudo, o fim do pagamento da dívida. Esse comitê inclui funcionários de vários organismos do governo, do Ministério das Minas e Energia e de outros setores.



É preciso lembrar que, do nosso ponto de vista, um resultado satisfatório precisará assegurar as condições de sustentabilidade da produção de Itaipu, com energia barata em benefício dos consumidores dos dois países. Neste momento, nós estamos ainda na discussão prévia, que ocorre todos os anos, da tarifa aplicada para o pagamento de serviços de eletricidade.

São essas as observações que teria a fazer sobre os aspectos que Vossa Excelência levantou e sobre o relato que tencionava fazer. Fico, naturalmente, à disposição para trocar ideias e esclarecer dúvidas que as Senhoras e Senhores tenham sobre esse e qualquer assunto.

Muito obrigado.

Categoria

Comunicações e Transparência Pública

Compartilhe: [f](#) [X](#) [in](#) [D](#) [@](#)

